

Governo aperta o cinto dos estados

■ O ministro da Fazenda já renegocia as dívidas mobiliárias com os governadores em moldes semelhantes ao adotado pelo FMI

CLAUDIA SAFATLE

BRASILIA — O governo quer arrancar dos estados o compromisso de obter, este ano, um superávit no mínimo suficiente para pagar os juros das dívidas. Isto significa que os estados terão que ter receitas superiores às despesas, para poder pagar os encargos financeiros.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, já começou a discutir com os governadores a reestruturação e o alongamento de prazos da dívida em títulos dos estados, cujo montante superou R\$ 40 bilhões no ano passado.

Privatização — Uma das principais exigências do governo federal será atrelar o programa de reestruturação da dívida mobiliária à disposição dos governadores de privatizar empresas estaduais.

Ontem, durante a entrevista coletiva, o presidente Fernando Henrique Cardoso enfatizou a necessidade de se reverter o quadro fiscal este ano, de forma a produzir um equilíbrio das contas do setor público como um todo. "Vamos reverter essa situação, porque isso nos preocupa", afirmou o presidente, lembrando, também, que "quanto menos bancos comerciais os estados tiverem, melhor para eles e para o país". Fernando Henrique disse que melhor seria os governos estaduais ficarem apenas com bancos de desenvolvimento.

Segundo Malan disse ao **JORNAL DO BRASIL**, está em curso a renegociação das dívidas mobiliárias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que juntos somam mais de R\$ 30 bilhões. O ministro informou que o esquema do acordo da dívida externa — pelo qual títulos da dívida velha foram trocados por bônus da dívida nova com descontos e garantias — poderá ser utilizado nessa negociação. As garantias, disse o ministro, seriam dadas através da privatização de empresas estaduais.

Inflação — O ministro da Fazenda atribui o péssimo desempenho das contas dos estados, em 95, à queda abrupta da inflação. Na verdade, a superinflação era uma mão na roda para os tesou-

ros estaduais, na medida em que deteriorava de maneira rápida as despesas. Para Malan, 95 foi um ano de grande "aprendizado" dos governadores, que estariam, agora, mais aptos a conviver com um regime de inflação baixa, no qual os aumentos de salários, por exemplo, não são mais acomodados por um ou dois meses de alta taxa de inflação.

O governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, que carrega uma dívida em títulos de R\$ 4,8 bilhões, disse que o Tesouro Nacional deverá criar um novo papel que substituiria os títulos estaduais, com prazo de resgate de 30 anos (como o concedido ao Banespa) e juros de cerca de 6% ao ano. "A negociação com o Banespa criou um patamar", assinalou Britto, adiantando que, além das privatizações, os governadores dariam também em garantia a arrecadação de tributos.

A equação para retirar os estados da situação falimentar é crucial para gerenciar a política fiscal deste ano. Quanto menor a pressão do setor público por dinheiro, mais fácil será reduzir as taxas de juros e melhor o desempenho do Plano Real.

Missão — Até agora, a missão técnica do governo federal, coordenada por um funcionário do Tesouro Nacional já visitou 13 estados e começa, esta semana, a esmiuçar as contas do Rio de Janeiro, estado que tem surpreendido o Ministério da fazenda, pela disposição do governador Marcello Alencar em seguir a política de austeridade nos gastos e cortar despesas, com forte ajuste na conta de pessoal.

O trabalho dessa missão, inspirado no modelo de negociação que o Fundo Monetário Internacional (FMI) imprime nos acordos com os países-membros, envolve técnicos do Tesouro, Receita Federal, Ministério da Administração, Secretaria de Controle das Empresas Estatais e Serviço do Patrimônio da União e pretende identificar a situação das receitas, o mapa das despesas e o cálculo do buraco potencial deste ano.

Brasília — Ricardo Marques



Malan, que tomou café da manhã com os líderes da Câmara, já começou a debater com os governadores a reestruturação da dívida dos estados